

Notas sobre o VI Fórum Mestres e Conselheiros — “Os desafios da educação patrimonial” (Belo Horizonte, 4–6 de junho de 2014)

Gabriel de Andrade Fernandes¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p159-164>

Entre as preocupações do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), manifestas desde sua fundação em 2004, encontra-se a atuação no campo da assim chamada educação patrimonial. Além da execução de ações e da promoção da reflexão sobre esse universo, a equipe do CPC vem também participando de eventos nesta área: em 2011, o órgão se fez presente no II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, cujo relato consta em artigo de José Hermes Martins Pereira (2011) publicado na Revista CPC. Da mesma maneira, neste ano de 2014 tivemos a oportunidade de apresentar algumas de nossas ações na sexta edição do Fórum Mestres e Conselheiros, debater com colegas e de avaliar o estado da arte desta tensa relação entre a educação e o patrimônio cultural: torna-se oportuno, portanto, apresentar algumas notas a respeito do evento e do estado em que se encontram as discussões neste campo, bem como avaliar em que nível tais discussões sofreram transformações substantivas entre 2011 e 2014.

1 Mestres, conselheiros, educadores

O Fórum Mestres e Conselheiros é um evento normalmente dedicado à discussão da relação entre as instâncias oficiais de salvaguarda do patrimônio cultural e os vários agentes ligados à sua identificação, preservação e valorização espalhados na sociedade, sejam eles especialistas ou leigos — motivo pelo qual tem como mote os “agentes multiplicadores do patrimônio”. Segundo sua apresentação institucional, o evento, cuja periodicidade é anual, surgiu a partir da constatação de que as políticas públicas no campo do patrimônio cultural vêm ganhando nos últimos anos força substancial, sobretudo na esfera municipal — o que passou a envolver um público ampliado na circulação de ideias e ações sobre o campo, acrescido ao crescente público especializado e acadêmico. O evento teria surgido em 2008 para reunir em um mesmo espaço este público ampliado, promovendo o diálogo entre saberes e experiências técnicas e populares.

A sexta edição do Fórum, ocorrida entre os dias 4 e 6 de junho de 2014, teve como tema geral “Os desafios da educação patrimonial”. Além de receber contribuições das várias regiões do país, o evento também foi responsável por apresentar o estado atual das discussões sobre a temática com sua bem formatada programação, composta

por conferencistas convidados. A vitalidade das discussões apresentadas, bem como o caráter heterogêneo do público do evento (que reuniu educadores de diferentes formações, pesquisadores de diferentes áreas, agentes e gestores públicos ligados às várias esferas do governo, e ainda interessados em geral pelo universo do patrimônio cultural), revelam um vigoroso interesse pelas questões que permeiam a tensão entre o campo do patrimônio cultural e o da educação.

Nota-se, aliás, um interesse renovado pelo que se costuma chamar de educação patrimonial nos últimos anos no Brasil — interesse este que ultrapassa aquele ligado às iniciativas normalmente consideradas mitos fundadores da educação patrimonial brasileira, como as do Museu Imperial de Petrópolis, na década de 1980, e ao imaginário presente no *Guia básico de educação patrimonial*, publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1999². Destaque-se, por exemplo, a articulação em São Paulo da Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP)³, a qual agrega educadores, pesquisadores e profissionais voltados à reflexão e à ação neste universo, bem como da recente realização parcial no país da segunda edição do Congresso Internacional de Educação Patrimonial⁴, sediado na Espanha.

1.1 Conferências e mesas redondas

As conferências e os debates programados para os três dias de evento foram bem pensados, organizados e distribuídos: com efeito, esta edição do Fórum se constituiu em oportunidade privilegiada para acompanhar o posicionamento de agentes públicos em diferentes níveis da esfera da gestão do patrimônio cultural, bem como da ação de educadores e pesquisadores em projetos relevantes. Destaque-se, entre outros, a apresentação realizada por Sônia Rampim Florêncio, da Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan, a respeito do posicionamento renovado do órgão sobre este campo — ocasião em que também apresentou a mais recente publicação do Iphan sobre educação patrimonial, na qual tal reflexão encontra-se sistematizada⁵. Florêncio destacou um enquadramento das ações no campo da educação patrimonial em dois grandes universos: de um lado, as mais tradicionais, que tomam a educação como prática informativa — em oposição às práticas formativas e dialógicas —, localizadas apenas no fim do processo de patrimonialização; de outro, aquelas transversais a todas as ações de identificação, preservação e valorização — e impostas sobre as populações — em oposição às construídas junto aos sujeitos pelos órgãos patrimoniais. Destacou ainda a recorrência em muitas das práticas de educação patrimonial em promoverem aquilo que Paulo Freire chamava de “educação bancária”, insistindo na transferência de conhecimento em oposição ao papel do educador como mediador dialógico do processo de construção do conhecimento.

A apresentação desta oposição logo no início do evento, com efeito, foi útil como instrumento de leitura do conjunto de ações e discursos apresentados: o que se notou foi a recorrência (e, por vezes, o embaralhamento) entre discursos mais progressistas e mais conservadores ao longo de todo o evento.

Entre as demais falas destaquem-se reflexões como as presentes no profícuo projeto *Sentidos urbanos* — representado no evento por Juca Villaschi e fruto de uma rica parceria entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Prefeitura de Ouro Preto, o Iphan e a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) —, no qual a cidade, seus personagens e memórias constituem um efetivo território educativo explorado de forma sensível e criativa. Finalmente, Marcos Paulo Miranda, do Ministério Público de Minas Gerais, destacou a importância de iniciativas populares de salvaguarda do patrimônio cultural como instrumento fundamental para a garantia da preservação e da vida dos bens culturais — com especial menção ao Movimento Catrumano, do norte de Minas Gerais, pelo qual uma série de bens culturais locais (em grande medida ignorados pelo restante do país) vem sofrendo ações interessantes de valorização.

1.2 Panorama dos trabalhos

As discussões nas sessões de comunicação foram variadas. Os eixos previstos para a submissão de trabalhos específicos para esta edição do evento foram os seguintes:

- Educação patrimonial na escola
- Museus, arquivos e educação patrimonial
- A cidade como lugar da educação patrimonial
- Educação patrimonial e trabalho: os ofícios tradicionais
- Educação patrimonial e arqueologia
- Comunidades: participantes efetivas das ações educativas

Ficam algumas questões, a partir de um olhar panorâmico, breve e parcial sobre os trabalhos apresentados:

- Parece ainda recorrente tomar a ação educativa como ação final do processo de patrimonialização (como foi ressaltado), e não como atividade transversal a todo o processo.

- Por outro lado, nota-se em alguns casos o desejo de se constituírem ações progressistas (bem intencionadas) cuja aplicação prática, porém, acaba recorrendo a artifícios tradicionais de transmissão de informação e daquilo que poderíamos chamar de “invasão cultural”.
- A exigência da realização de ações de educação patrimonial por parte de empresas de arqueologia contratadas em determinados empreendimentos públicos revela situações de qualidade variada (algumas iniciativas interessantes, outras meramente protocolares e burocráticas), o que constitui um fenômeno que mereceria estudos mais detidos.
- Finalmente, destaquem-se uma série de iniciativas ligadas ao campo da pesquisa acadêmica etnográfica e da museologia social que, pela natureza de seus trabalhos de campo, acabam promovendo um rico processo dialógico com as várias populações no meio das quais tais etnografias e pesquisas ocorrem. A troca de saberes entre pesquisadores e interlocutores, nestes projetos de pesquisa, acaba se transformando em processos educativos informais — trabalhos como estes, aliás, constituíram alguns dos mais interessantes entre todos os apresentados.

O CPC contribuiu nas sessões de comunicação com a apresentação do trabalho *Práticas patrimoniais entre a formação e a ideologia: contribuição ao debate a partir das práticas do Centro de Preservação Cultural da USP*, no qual algumas destas questões transparecem. Pelo caráter de nosso trabalho, buscamos nos inserir nas discussões ligadas à *cidade como lugar da educação patrimonial*. Sobre este assunto em particular, é preciso destacar uma cisão que parece ainda persistir entre as ações ligadas ao que normalmente se chamam “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”: enquanto nestas últimas as questões ligadas à dialogicidade e à educação como processo de mediação entre sujeitos já parece avançada, nas primeiras ainda é recorrente a abordagem informativa e “bancária” de educação.

2 Educação, patrimônio, disputa

Um olhar panorâmico sobre os trabalhos, as opiniões e as reflexões apresentadas no evento permite-nos elaborar algumas considerações sobre os avanços e os retrocessos na discussão sobre educação e patrimônio, a começar pela própria descrição institucional do evento⁶:

Como se sabe, a educação patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho centrado no patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento

individual e coletivo. Tomando os bens e os processos culturais mais diversos como ponto de partida para a atividade pedagógica, as atividades de educação patrimonial costumam explorar os seus mais diversos aspectos, procurando desenvolver a autoestima dos indivíduos e da comunidade, e a valorização da sua cultura. Como aponta estudo realizado pelo Iphan, constata-se que, nos últimos anos, multiplicaram-se no país iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial, compreendendo-se por esse termo uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos. Ao lado de propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades, encontram-se também ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação, que nem sempre têm resultados positivos.

A concepção de educação apresentada acima repete — aparentemente de forma deliberada, como um modo de introduzir o problema e o estado atual das discussões sobre o assunto — os criticáveis pressupostos sobre educação presentes no já citado *Guia básico* do Iphan: em sua primeira frase, reduz a educação a uma metodologia e entende os bens culturais como o centro do processo educativo (ao invés de tomar os sujeitos como centrais no processo), parafraseando o exposto no *Guia*. A frase seguinte apresenta uma proposta educativa rejuvenescida: sugere tomar os bens não como objetivo, mas como ponto de partida — o verdadeiro objetivo está na “autoestima” dos indivíduos e comunidades e conclui o parágrafo apontando os riscos de ações pontuais. Tratam-se de duas concepções distintas de educação, apresentadas sem qualquer contradição. A confusão entre elas, porém, se fez ver ao longo do evento, quando concepções distintas se confrontaram, muitas vezes de forma confusa. Neste sentido, é preciso congratular a organização do evento ao apresentar mesas e conferências equilibradas, nas quais tais concepções pudessem ser debatidas: o evento foi um momento privilegiado para o avanço da discussão.

Em face de todo o exposto a respeito desta edição do Fórum, há que se reconhecer o quanto a discussão sobre o patrimônio cultural avançou desde a publicação do *Guia básico* de educação patrimonial do Iphan em 1999: tal constatação se revela tanto na fala dos convidados para o evento quanto na miríade de experiências interessantes apresentadas nas comunicações orais. No entanto, muitas das críticas que vêm sendo feitas aos pressupostos do *Guia básico* podem ainda ser aplicadas às propostas e às ações de parte dos trabalhos apresentados, o que indica por vezes um embaralhamento discursivo a respeito do papel da educação no campo do patrimônio cultural: é ainda recorrente a noção de educação como atividade meramente informativa — ou, pior, como atividade disciplinadora da relação dos sujeitos com os bens culturais. É neste último sentido que talvez ainda sejam necessárias novas discussões e pesquisas: em que medida os problemas de coerção dos sujeitos e de imposição de valores são específicos de uma ação educativa mal formulada, ou são específicas do próprio

campo do patrimônio cultural como política pública?

Independente disto, em que pese a qualidade das iniciativas que desafiam a concepção de educação patrimonial como “educação bancária” (adotando referenciais educativos menos conservadores), é ainda preocupante a constatação de que em diferentes instâncias públicas e privadas a ação educativa seja utilizada não como potencial de construção de autonomia por parte dos sujeitos mas de condicionamento dos usos e apropriações do patrimônio cultural. O campo da assim chamada educação patrimonial está, portanto, para ser disputado.

Notas

(1) Especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC–USP) onde coordenou entre 2012 e 2014 a Equipe de Educação e Memória. E-mail: gaf.arq@usp.br

(2) A ação educativa do Museu Imperial de Petrópolis nos anos 1980 é usualmente considerada um marco introdutório da educação patrimonial no Brasil. Apesar da recorrência desta narrativa, ela tem sido questionada em anos recentes. Conferir, por exemplo, as reflexões de Chagas (2013) e Scifoni (2012).

(3) O CPC tem atuado como parceiro na constituição da REPEP. Em 2014 ocorreu o I Encontro de Trabalho desta rede, realizado no Centro Universitário Senac, em São Paulo, com colaboração do CPC em sua realização.

(4) O evento, realizado em Madri entre os dias 28 e 31 de outubro de 2014, contou com a realização em São Paulo, no Memorial da América Latina, de um conjunto de mesas redondas envolvendo educadores e pesquisadores brasileiros.

(5) *Educação patrimonial: histórico, conceitos, processos*, 2014.

(6) Disponível na página do evento: <<http://www.forumpatrimoniomestres.com/#!apresentacao/czw3>>.

Referências

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: 3º *Caderno temático em educação patrimonial: educação, memórias, identidades*. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2013.

EDUCAÇÃO patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014.

HORTA, Maria Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

PEREIRA, José Hermes Martins. Notas sobre o segundo Encontro Nacional de Educação Patrimonial — Iphan, Ouro Preto–MG, 17 a 21 de julho de 2011. *Revista CPC*, São Paulo, n. 13, p. 141–147, nov. 2011/abr. 2012.

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: 2º *Caderno temático em educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Casa do Patrimônio; Iphan, 2012.